

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Visão

Class.: Organiz. de Apoio

Data: 20 de março de 1991

Pg.: 76

WASHINGTON NOVAES



Pretensão e água benta

A pretensão humana parece, de fato, não ter limites. Pois não é que ambientalistas e operadores de organizações não-governamentais comecem a suspeitar que a presença de índios — que vivem ali imemorialmente — pode ser mais eficaz para a preservação das florestas tropicais que a criação de parques ou outros formatos preservacionistas? A simples observação de que as manchas mais preservadas de natureza em todo o nosso planeta praticamente coincidem com os locais onde vivem os ditos primitivos não lhes bastou.

Agora, começam a dedicar-se a estudos e pesquisas sofisticadíssimos para comprovar isso. É curioso e instrutivo observar. Nestas últimas décadas, toda a discussão sobre cultura, identidade cultural e história no nosso continente tem passado por referências ao "genocídio" das culturas indígenas e ao direito de sobrevivência dessas culturas. Passa-se ao largo, entretanto, de um aprofundamento da visão, pois quase não se discutem as especificidades dessas culturas. Não se discute sua organização política e social (que, conforme comentado aqui há poucas semanas, inclui a não-delegação de poder, a democracia do consenso, a educação para a auto-suficiência, o convívio mais equilibrado com o meio ambiente, a não concentração demográfica excessiva). Talvez porque seria ameaçador demais para quem não esteja disposto a rever padrões civilizatórios, modos de vida e de consumo. Provavelmente por isso, o movimento ambientalista, quase todo, embarcou na canoa quase exclusiva da criação de parques e reservas naturais preocupados apenas com a preservação da flora e da fauna da floresta tropical. Sem dar atenção a que praticamente todos os pedaços dessas áreas eram e são ainda habitados por grupos indígenas (mas que em muitos casos perderam o seu habitat). Ainda há poucos anos — por volta de 1987 — consumou-se a primeira operação de troca da dívida externa pela preservação de áreas de floresta. Aconteceu na Bolívia, por iniciativa da International Conservation, uma entidade ambientalista, que comprou, por US\$ 100 mil, um pedaço da dívida externa boliviana com valor nominal de US\$ 650 mil, em troca do compromisso do governo daquele país de preservar uma área de uns 12 mil quilômetros quadrados, habitada por índios chimane, mojeno, yuracare e movima. Os chimanes, na ocasião, tentaram apresentar uma alternativa de preservação ao governo, mas sequer foram ouvidos. Criaram-se áreas de preservação e áreas de "produção permanente", na tentativa de provar que é possível explorar a floresta sem comprometê-la. Sete companhias madeireiras

empenhadas em demonstrar suas fórmulas de "desenvolvimento sustentável" se instalaram na área, abriram estradas e começaram a exportar madeira. Resultado: em pouco mais de três anos, uma grande parte da floresta estava dizimada. Essa e outras experiências estão levando agora a uma revisão de posições. Muitas entidades ambientalistas, entre elas a Survival International, a WWF (World Wide Fund for Nature), o WRM (World Rainforest Movement), contestam a sustentação que é preciso rever o conceito que aponta a criação de parques e reservas fechados até aos

índios como o melhor caminho para a preservação de áreas. "Se há uma possibilidade de salvar a floresta tropical, ela está nos heróicos esforços dos povos da floresta para defendê-la — esforços que frequentemente lhes custaram a liberdade e a vida", disse recentemente um representante do WRM. Ainda que tardio, o reconhecimento pode significar uma chance de sobrevivência para os cerca de 200 milhões de habitantes das áreas de floresta tropical em todo o mundo. Por esse caminho talvez se possa repensar o conceito que presidiu a formação de parques e reservas, desde que foram criados os primeiros, em 1872, nos Estados Unidos (Yellowstone e Yosemite) — o que determinaram a expulsão dos índios sioux e navajo, entre outros, de suas terras. Em meados de 1990, numa reunião no Peru, representantes de nações indígenas e ambientalistas assinaram a Declaração de Iquitos, que reconhece os direitos territoriais desses grupos como parte essencial da conservação da Amazônia, ao mesmo tempo em que pede a destinação de recursos internacionais para essa finalidade. É um avanço considerável. Mas ainda será preciso ir muito além. Só uma discussão muito mais ampla sobre os formatos culturais dos grupos indígenas que sobreviveram nas áreas preservadas poderá nos dizer onde está a possibilidade de convivência mais harmoniosa com o meio ambiente. Serão necessários, entretanto, coragem e desprendimento. Precisaremos nos despir de conceitos e preconceitos da nossa cultura, para olhar essas sociedades por seus critérios próprios, sua lógica própria, não pela nossa ótica. Será preciso vê-las com o que têm, não o que lhes falta na comparação com os nossos padrões civilizatórios. Não será fácil. Mas se não for assim, correremos o risco de chegar onde chegaram os mexicanos, que este mês estão inaugurando as primeiras cabanas em que as pessoas poderão respirar ar puro durante 90 segundos, desde que paguem cerca de Cr\$ 450, tais os níveis de poluição de ar.